

A violência do humor: por uma leitura crítica do corpo da mulher negra no contexto brasileiro¹

Ludmila Pereira de Almeida²

O principal objetivo é discutir como o corpo da mulher negra se configura por processos históricos de linguagem e práticas comunicativas dentro de um contexto marcado por uma constante colonialidade do saber e do poder (QUIJANO,2005). Sendo que estes se articulam e se disseminam por rituais de atos de fala (AUSTIN,1998) que se performam em subjetividades reguladas e hierarquizadas (FANON,2008), possibilitando reiteraões de marcação da diferença por uma rede de poder que opera nos atos comunicativos de humor. Partiremos de uma leitura crítica sobre o mundo e a realidade que é posta como “verdade” (FREIRE,2001), procurando, então, desnaturalizar as percepções e estabelecer relações entre as palavras e o seu contexto de uso. Isso para obter uma compreensão contra hegemônica sobre o processo de visibilidade midiática.

Como índice das práticas de violência, trago para a discussão a performance da Inês Brasil, tida como web celebridade, popularizada a partir de um vídeo viral feito para o programa Big Brother Brasil em 2013. E partir disso, discutir como o humor atua na estigmatização do corpo por meio do açoite da injúria e da impressão a fogo pela piada (SALES, 2006). O que transforma o corpo risível, de uma mulher negra, em um objeto de prazer/servidão dos outros. Esse ato de rir, aparentemente, inocente, de brincadeira, coloca o corpo da mulher negra em seu “devido lugar”, estagnando as ações por atos de

¹ Trabalho apresentado no GT19 – Mídia e identidades subalternas: novos olhares epistemológicos para atores emergentes.

² Doutoranda em Linguística e Mestre em Comunicação pela Universidade Federal de Goiás. E-mail: ludjornalismo@gmail.com.

violência em primeira instância, invisíveis, que resulta no racismo espírituoso (SALES JR,2006), frequente no contexto brasileiro.

Lembrando que Inês não pretende, aparentemente, ser motivos de risadas, o que me fez questionar se esse discurso humorístico, resgatado em várias das aparições de Inês na TV, são motivados para ela ou sobre sua performance, do que rimos?

O corpo de Inês retoma uma trajetória histórica brasileira que intersecciona gênero e raça, pela invenção da noção de mulata (CORRÊA, 1996) estruturada pela ideia hegemônica de que “branca é para casar, mulata para fornicar e preta para cozinhar”. Assim, o humor sobre o corpo de Inês, tido como hipersexualizado (com seus 900 ml de silicone em cada seio, cintura fina e comportamento sexy), se torna uma força disciplinadora (FOUCAULT, 1987). Como se percebe na primeira aparição de Inês em rede nacional, na entrevista ao programa SuperPop em 2013 com a apresentadora Luciana Gimenez.

A entrevista foi composta por uma série de correções e nomeações ao comportamento de Inês, atitudes reiteradas em várias outras participações em mídia hegemônica. Caretas, olhares esnobes, indiretas, risos, demonstrações de como se fala um nome estrangeiro adequadamente, perguntas íntimas e interrupções da fala são evidentes, silenciando fatores como Inês saber falar muito bem outras línguas estrangeiras, tocar piano, cantar, conhecer outros países. Tudo a fim de “colocar”, alinhar e ordenar as ações de Inês dentro de um estereótipo de mulher negra, a corrigindo para que ela se enquadre nas “normas civilizadas” de se portar de maneira disciplinada, inclusive, perante a câmera, “fecha as pernas”, “deixa ele falar, só você que fala Inês”.

O que evidencia uma visibilidade controlada, com a fala traduzida e legitimada por sujeitos, Luciana Gimenez e convidados, que são autorizados a organizar e avaliar a experiência vivida de Inês (SPIVAK, 2010). A narrativa que se constrói não se expõe a violência e a destruição epistêmica que a tomada da palavra e a drenagem do poder pelo ato de rir das ações do outro, produz. Já que não é porque somos diferentes que

sofremos com a violência, mas é quando somos discriminados, inferiorizados, é que nos tornamos diferentes (KILOMBA,2016). É o ato de apontar e infantilizar o outro pelo riso (DAHIA,2008), por um jogo de poder, que ritualiza a diferença em escalas hierárquicas.

Esse processo de compreensão (ou não) da complexidade que compõe o corpo da mulher negra se constrói por atos de linguagem e seus rituais performativos que se tornam um dizer-fazer em contexto específico na/pela prática comunicacional, e em sua representação midiática. Com isso,

O corpo é, ao mesmo tempo, um lócus onde se expressam ideais societários, e onde se expressam relações de poder e desejo. A exibição de corpos sexualizados enquanto espetáculos públicos revela um investimento erótico no romance nacional, um processo que tem sido característico ao longo da história do Brasil enquanto nação (MAIA, 2012, p. 334).

Portanto, a exploração colonial, proporcionada pelo descobrimento de novas terras pelos europeus, e que tem seus ideais perpetuados até os dias atuais, tem cunho objetivo de domínio pelo mercado capitalista, porém seus efeitos nos sujeitos são da ordem subjetiva, a ponto de destruir o imaginário e os sistemas de referências culturais dos dominados (FANON, 2008). Por isso, “o objetivo do racismo não é o homem particular, mas uma certa forma de existir” (FANON, 1969, p. 36) que provém da violência epistêmica do outro (SPIVAK, 2010), e de uma naturalização dos modos culturais do opressor que são produzidos por um conjunto de artificialidades históricas (FOUCAULT, 1987).

E nessa relação de corpo e subjetividade, Fanon (2008) diz que no processo colonial e na criação da polaridade branco/negro o europeu impõe o que é e como de ser negro. Então este surge pela negação à noção de humanidade ao não ser reconhecido como humano, dotado de direitos e voz, se tornando “apenas” o negro. O que, ainda segundo o psicanalista, faz emergir um duplo narcisismo, pois ao negar o outro à humanidade o branco também se nega a isso, por se tornar incompleto – desejando o outro, estabelecendo oposições radicais (humano x animal) e se distando de uma interação com o outro que possibilite a existência pelo contato.

Esse duplo narcisismo impacta as subjetividades de ambos e geram efeitos de generalização do negro como sendo o depositário da animalidade, do corpo, da agressividade libidinal, da potência sexual, dos desejos, da emoção, já o branco se torna ligado à razão negando sua corporeidade. Assim, o branco cria espaços do qual o negro se convence de estar exercendo sua liberdade (como ser desejado sexualmente), o que o impede de sair da prisão subjetiva e reivindicar sua representação no mundo fora dos filtros eurocêntricos.

Para isso, a “subjetivação [é] o processo pelo qual se obtém a constituição de um sujeito, mais precisamente de uma subjetividade, que evidentemente não passa de uma das possibilidades dadas de organização de uma consciência de si” (FOUCAULT, 2006, p.262) que pode se materializar pela aceitação do próprio corpo e pela consciência dos limites sociais impostos. Sem esse processo de subjetivação o subalterno não se torna sujeito por não poder se agenciar como tal, pois possui uma subjetividade dentro da ilusão de liberdade proporcionada pelo poder hegemônico (FOUCAULT, 1995).

Nesse sentido, de acordo com Silverstone (2002, p. 31), “tanto a estrutura como o conteúdo das narrativas da mídia e das narrativas de nossos discursos cotidianos são interdependentes, que, juntos, eles nos permitem moldar e avaliar a experiência. O público e o privado se entrelaçam, narrativamente”. Nessa perspectiva de dominação a subjetividade vem sendo produzida, conforme Foucault (1995), por meio de saberes institucionais que fabricam indivíduos para o funcionamento da máquina estatal, no qual o corpo se torna o suporte de subjetividades subjugadas por estratégias de saber-poder.

Configurando, portanto, o ato de rir como correção e enquadramento dos corpos em seus “devidos” lugares sociais. Pois, de acordo com Bergson (2006, p. 146), “o riso é, acima de tudo, uma correção. Feito para humilhar, deve dar a impressão penosa à pessoa que lhe serve de alvo. A sociedade vingá-se por meio dele das liberdades tomadas com ela. Ele [o riso] não atingiria seu objetivo se não trouxesse a marca da simpatia e bondade”. O riso a custo do subalterno ritualiza práticas racistas sutis, veladas,

“cordiais”, de “integração subordinada” (SALES JR, 2006), que continuam a ser semeadas pelo/no contexto brasileiro.

Por isso, o riso nunca é inocente ou fruto de mal-entendidos, pois segundo Fonseca (1994, p. 53), “os grupos sociais quando riem de determinada piada, demonstram que estão aparentemente de acordo com suas mensagens”. Pois essas precisam ser compreendidas culturalmente, já que humor é pura inteligência (BERGSON, 2006) e se associa aos sistemas de significação do outro e do eu. Assim, o corpo da mulher negra se torna algo, historicamente, risível, naturalizado à violência por arquiteturas de linguagem. Que torna esse corpo distante do eu e do que a epistemologia hegemônica adota como padrão, desqualificando o sujeito e o endereçando performativamente pelo riso à um lugar apagado, a uma realidade de opressão.

Referências bibliográficas

AUSTIN, John L. Performativo-constativo. Tradução: Paulo Ottoni. In: OTTONI, Paulo Roberto. *Visão Performativa da linguagem*. Campinas: Editora da Unicamp, 1998. 107-144.

BERGSON, Henri. *O Riso - Ensaio sobre a Significação da Comicidade*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

CORRÊA, Mariza. Sobre a invenção da mulata. In: *Cadernos Pagu* (6-7), Campinas, Unicamp, 1996

DAHIA, Sandra Leal de Melo. A mediação do riso na expressão e consolidação do racismo no Brasil. *Sociedade e Estado, Brasília*, v. 23, n. 3, p. 697-720, set./dez. 2008.

FANON, Frantz. Racismo e Cultura. In: _____. *Em defesa da revolução africana*. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1969.

_____. *Pele negra, máscaras brancas*. Trad.: Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

FONSECA, Dagoberto José. (1994) *A piada: discurso sutil de exclusão, um estudo do risível no “racismo à brasileira”*. 1994. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica (PUC) de São Paulo.

FOUCAULT, Michael. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, Hubert L; RABINOW, Paul. *Michel Foucault: uma trajetória filosófica – para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. P. 231-249.

_____. O sistema prisional. In: *Vigiar e punir: nascimento da prisão*; tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis, Vozes, 1987.

_____. Ética, sexualidade, política. In: *Ditos e escritos V*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

FREIRE, Paulo. *A importância do ato de ler: em três artigos que se completam*. Cortez. São Paulo: Cortez, 2001.

KILOMBA, Grada. *Descolonizando o conhecimento: uma palestra-performance de Grada Kilomba*. 2016. Tradução: Jessica Oliveira. Disponível em: <http://www.goethe.de/mmo/priv/15259710-STANDARD.pdf>. Acessado em: 6 de junho de 2016.

MAIA, Suzana. Identificando a branquidade inominada: corpo, raça e nação nas representações sobre Gisele Bündchen na mídia transnacional. *Cad. Pagu*. 2012, n.38, pp. 309-341.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*. Trad.: Julio Cesar Casarin Barroso Silva. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – Clacso, 2005.

SALES JR., Ronaldo L. *Democracia racial: o não-dito racista*. Tempo Social, revista de sociologia da USP, 2006, v. 18, n. 2.

SILVERSTONE, Roger. *Por que estudar a mídia?* São Paulo: Editora Loyola, 2002.

SPIVAK, Gayatri. C. *Pode o subalterno falar?* Tradução de Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa e André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.